

ATA NÚMERO 153/XII/3ª SL

16.outubro.2013 – 19h05

Aos 16 dias do mês de outubro de 2013, pelas 19:05 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 02, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Audiência à Associação Portuguesa de Deficientes, Confederação Nacional das Organizações de Deficientes, Federação Nacional de Professores

4. Outros assuntos

5. Data da próxima reunião

Dia 22 de Outubro de 2013 – 15h00

6. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

7. Comunicações do Presidente

2.1. – Iniciativas Legislativas

Foi transmitida a informação de que tinham baixado à Comissão a Proposta de Lei nº 177/XII/3.^a – “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014”, que é distribuída ao PSD e a Proposta de Lei nº 178/XII/3.^a – “Aprova o Orçamento do Estado para 2014”, que é distribuída ao PS.

Foi ainda informado que os respetivos relatórios deverão ser enviados à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública até ao final do dia 25 de Outubro (sexta-feira), tendo-se equacionado várias datas e horas para apreciação dos mesmos na Comissão de Educação Ciência e Cultura. Dada a exiguidade do tempo disponível, consensualizou-se que os deputados relatores informarão entretanto qual a data em que os relatórios poderão ser apreciados nesta Comissão, tendo como limite o dia 25 (6.^a feira), antes do Plenário.

2.2. Pedido de audiência

Foi também informado que o Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado pediu uma audiência à deputada Relatora para a Ciência sobre o Orçamento de Estado para 2014 – Medidas específicas do Instituto de Investigação Científica Tropical - Redução de verbas para a investigação com impacto nos recursos humanos e nas atividades da missão da instituição e a Federação Nacional dos Professores – FENPROF, pediu uma audiência à Comissão sobre a mesma matéria.

Assim, foi consensualizado realizar a audiência conjunta das duas entidades na reunião da Comissão do dia 22 de outubro, caso haja disponibilidade das mesmas.

8. Audiência à Associação Portuguesa de Deficientes, Confederação Nacional das Organizações de Deficientes, Federação Nacional de Professores

A delegação era constituída pela Dr.^a Ana Sesudo, em representação da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), pelos Drs. José Reis e Jorge Silva, da Confederação Nacional das Organizações de Deficientes (CNOD) e pelo Professor Mário Nogueira, da Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

Os representantes das instituições transmitiram muitas preocupações com as condições verificadas no início do ano letivo, nomeadamente, com o excesso do número de alunos por turma, a falta de contratação de técnicos de apoio, os elevados preços dos livros e os transportes destes alunos.

Realçando a educação como um pilar de desenvolvimento e a defesa pela educação inclusiva, referiram que se verificam vários atropelos da lei, com numerosas discriminações e violação de despachos do próprio Governo. Concretizando, indicaram a existência de turmas com mais de 20 alunos, a falta de professores especializados e a diminuição dos técnicos, terapeutas e pessoal auxiliar, para apoio dos alunos. Realçaram que os mega agrupamentos provocam a deslocação das crianças da sua área de residência, referiram os cortes nos transportes das crianças e indicaram os atropelos verificados com a [Portaria 275-A/2012, de 11 de setembro](#).

Mencionaram ainda que discordam da indicação feita pelo Ministro da Educação e Ciência de que só faltam 16 professores para a educação especial, realçando que o sistema tem cerca de 3.200 professores dessa área e para mais 100.000 alunos (no total) há menos cerca de 800 professores. Realçaram que a taxa de alunos com necessidades educativas especiais é de 8% a 10%, não incluindo alunos com dificuldades de aprendizagem. Referiram que o problema abrange todo o país e informaram que em Évora ainda há centenas de alunos em casa, por falta de condições da escola.

Interveio de seguida a Sr.^a Deputada Margarida Almeida (PSD), informando que o Ministério da Educação e Ciência está a tratar da alteração da citada Portaria 275-A/2012 e o Grupo de Trabalho da Educação Especial, da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, também participará nesses trabalhos. Manifestou-se, ainda, em relação a dever haver um trabalho em rede e perguntou quais são as prioridades nesta matéria.

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) realçou que a realidade é diferente daquilo que o Ministro diz e defendeu que os cortes orçamentais não são aceitáveis em educação e principalmente na educação especial e que terão efeitos danosos a curto prazo, para além de serem violadores dos direitos dos cidadãos. Perguntou ainda se têm números concretos, em termos de técnicos, professores e alunos, afetados pela situação.

O Sr. Deputado Rui Jorge Caetano (CDS-PP) questionou se há um *ratio* aluno/professor para o ensino especial.

A Sr.^a Deputada Rita Rato (PCP) realçou que a educação inclusiva exige meios e referiu que todos os anos há falta de meios humanos, mas este ano foi mais grave, faltando funcionários e professores, o que inviabiliza a frequência a frequência da escola por estes alunos.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) salientou que o Ministério da Educação e Ciência não reconhece a realidade dos problemas existentes, nomeadamente a existência de alunos que são aconselhados a ficarem em casa e defendeu que há cada vez mais um processo de segregação e não de inclusão.

Os representantes das instituições referiram que há necessidade de reequacionar a CIF, Classificação Internacional de Funcionalidade, sendo que a mesma deixa de fora questões muito importantes e salientaram que as ajudas habitualmente são só para uma deficiência, mas há alunos com várias.

Realçaram a necessidade de o Estado cumprir a legislação existente, nomeadamente, o número de alunos por turma, a retirada de barreiras arquitetónicas, a formação inicial de docentes, a formação de auxiliares e bem assim a declaração de Salamanca. Referiram ainda que é difícil chegar a um *ratio* geral aluno/professor, sendo que as necessidades especiais são muito variadas.

Indicaram ainda as seguintes prioridades:

1. Limitação do n.º de alunos na turma;
2. Questão do alargamento do Ensino Secundário;
3. Autonomia das escolas.

Por último, informaram que se não houver evolução até ao fim do período, avançarão com uma queixa à UNESCO.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

A reunião foi encerrada às 20:11 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de outubro 2013

Em substituição do Presidente

(Maria da Conceição Pereira)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Emília Santos
Jacinto Serrão
João Prata
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Paula Baptista
Rui Jorge Caetano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Michael Seufert
Nilza de Sena